

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 27.02.2023

Aproveitar a exploração da indústria de tradução para promover o desenvolvimento do intercâmbio científico e tecnológico entre a China e os Países de Língua Portuguesa

Em Dezembro do ano passado, a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico do Governo da RAEM, a Direcção da Inovação Científica e Tecnológica da Cidade de Zhuhai e a Direcção dos Serviços de Desenvolvimento Económico da Zona de Cooperação em Hengqin assinaram em conjunto o “Acordo de Cooperação Estratégica para a Construção Conjunta do Centro de Intercâmbio e Cooperação em Ciência e Tecnologia entre a China e os Países de Língua Portuguesa”, e isto simboliza o estabelecimento oficial da primeira plataforma internacional de intercâmbio e transferência de tecnologia do Ministério da Ciência e Tecnologia na Grande Baía, com o objectivo de aprofundar o intercâmbio e a cooperação na área da ciência e tecnologia entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e reforçar a sinergia entre eles na transferência e transformação de resultados científicos e tecnológicos, inovação e empreendedorismo, e cooperação científica e tecnológica. No passado, os documentos científicos e os recursos de popularização científica eram, na sua maioria, em chinês ou em inglês, o que não favorecia a entrada da “sabedoria chinesa” nos países de língua portuguesa. Se se conseguir aproveitar as vantagens de Macau na área da tradução em chinês-português, isto certamente irá acelerar a construção do Centro de Intercâmbio Científico e Tecnológico entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e Macau pode aproveitar as suas potencialidades.

Tal como referido pelo Secretário-Geral do Comité Central do Partido Comunista da China, Xi Jinping, nas “Três Sessões de Ciência e Tecnologia” em 2016: “A inovação científica e tecnológica e a generalização das ciências são as asas para concretizar o desenvolvimento de inovações. A generalização das ciências e a inovação científica e tecnológica devem ser colocadas no mesmo patamar de igual importância”. Assim, são inseparáveis os trabalhos da promoção da generalização das ciências e da elevação da qualidade das ciências para toda a população, sendo um princípio fundamental para a formação de talentos científicos e tecnológicos para Macau na nova era e a promoção do desenvolvimento económico. Há que, através da produção e exportação, em língua portuguesa, do espírito dos cientistas chineses e dos recursos materiais de popularização científica, concretizar a “industrialização” em Macau, pois é uma boa via para promover o conhecimento dos residentes sobre as mais recentes capacidades tecnológicas da Pátria, aumentar o interesse da nova geração em dedicar-se à indústria tecnológica e oferecer novas opções profissionais diversificadas.

Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Sugiro que se aproveite bem os talentos de tradução em chinês-português formados pelas instituições de ensino superior e os resultados da investigação científica da área, para iniciar os trabalhos de língua portuguesa na documentação das ciências sociais e nos recursos científicos da China. Os materiais científico-tecnológicos envolvem muitos termos específicos, por isso, é necessário possuir um nível académico profissional ou dominar o sector, para conseguir uma compreensão correcta e uma tradução de alta qualidade. Através da aceleração da criação dos serviços profissionais de tradução bilingue, pode-se criar uma base sólida de troca de idiomas para o intercâmbio académico e a transferência de tecnologia entre a China e os Países Lusófonos.

2. Sugere-se o aproveitamento dos serviços de tradução em chinês-português como ponto de partida, para os recursos de ciência e tecnologia objecto de popularização poderem, a partir da tradução, produção e exportação, desenvolver-se de modo industrial em Macau. Na conversão em língua portuguesa desses recursos para a popularização, é possível trazer para a indústria de tradução uma “procura” a longo prazo e estável, criando “espaço de emprego” para os talentos da tradução em Macau, e também impulsionar o desenvolvimento de uma cadeia industrial que pode compreender: tradução e interpretação, “design”, exposições culturais e artísticas, criação multimédia, edição posterior, formação de talentos e promoção no exterior, tudo para essa indústria de popularização poder trazer um novo e substancial crescimento para a diversificação da economia de Macau.

3. Sugere-se que, no âmbito da promoção do desenvolvimento dos trabalhos académicos e de investigação científica, as instituições de ensino superior locais cooperem com as empresas para prestarem serviços de tradução em chinês-português, para incentivar as micro e as PME a explorarem o mercado dos países lusófonos. As micro e as PME de Macau, na sua maioria, não têm conhecimentos básicos de língua portuguesa, e é difícil desenvolverem negócios nestes mercados. Assim, sugere-se ao Governo que financie e disponibilize gratuitamente às empresas de Macau os resultados da investigação das instituições de ensino superior, como os serviços de tradução em forma de inteligência artificial e o sistema de voz em português, para estimular a interacção e a inovação entre os diversos sectores e os mercados lusófonos.

Em suma, com a aceleração da cooperação, e do intercâmbio científico e tecnológico entre a China e os PLP, espera-se uma maior consolidação da indústria da tradução, que é uma base nuclear de ligação entre eles, de modo a que o posicionamento de Macau como “Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa” tenha uma nova característica, aumentando a força motriz para estimular o desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 27.02.2023
Aperfeiçoar as instalações complementares de trânsito para facilitar as deslocações dos residentes e turistas

Depois de três anos de “Inverno frio”, o turismo começa finalmente a ver a luz verde, e os turistas voltaram a Macau. Com a abertura das fronteiras entre Hong Kong, Macau e o Interior da China e com a circulação de veículos de Macau no Interior da China, o fluxo de pessoas nas diversas fronteiras intensificou-se bastante.

Registaram-se um aumento significativo do fluxo de veículos na Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e graves engarrafamentos de trânsito na zona da Rotunda da Amizade. Esta zona e a rede rodoviária à sua volta têm sido pontos críticos de engarrafamento, pois trata-se de um ponto de encontro entre Macau e a Taipa e de um ponto de passagem para entrar e sair das Portas do Cerco, por onde passam também muitos veículos pesados, tais como autocarros de turismo e camiões. Com a conclusão das habitações para idosos, troca e alojamento temporário, a população nesta zona vai aumentar significativamente e, conseqüentemente, aumentará também o fluxo de trânsito na zona nordeste. Mais, estão em curso mais de dez obras na Zona A, onde, nos próximos anos, vão ser concluídas habitações públicas, criando-se um novo bairro comunitário para dezenas de milhares de pessoas, e se as instalações complementares de trânsito não conseguirem estar prontas ao mesmo tempo, as deslocações para o trabalho e para a escola vão ser dificultadas.

Macau é uma cidade turística, mas a imagem e a impressão que se deixa aos turistas são as inconveniências do trânsito e os engarrafamentos nas zonas turísticas, o que contraria o posicionamento de Macau enquanto centro mundial de turismo e lazer. Entretanto, o número de turistas vai aumentar rapidamente, portanto, há que aperfeiçoar, com visão prospectiva, as instalações complementares de trânsito, e que proceder bem à respectiva triagem, com vista a facilitar as deslocações dos turistas e a construir uma cidade verdadeiramente agradável para viver e visitar.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Os serviços competentes devem melhorar, com antecedência, as instalações complementares de trânsito nas fronteiras, melhorar a capacidade de transporte nas proximidades destas, e planear e racionalizar as instalações complementares de trânsito e os itinerários. Sugiro aos serviços de trânsito que estudem a criação de “transportes especiais rápidos” entre as fronteiras e os pontos turísticos nos feriados e fins-de-semana, para facilitar as deslocações dos turistas e permitir, também, desviar eficazmente o fluxo de pessoas nas proximidades das Ruínas de São Paulo e da Avenida de Almeida Ribeiro, impulsionar o desenvolvimento comercial de outras zonas e, ao mesmo tempo,

reduzir a disputa por transportes públicos entre turistas e residentes, aliviando a pressão das deslocações dos residentes.

2. Melhorar a ligação rodoviária entre a Taipa e a Zona A dos novos aterros. Pode ponderar-se a criação de mais uma via de ligação, para os veículos que pretendem ir até à Taipa poderem chegar ao seu destino mais rapidamente e sem necessidade de passar pela Pérola Oriental, o que permitirá desviar o fluxo de veículos, aliviar a pressão do trânsito na Rotunda da Amizade e facilitar as deslocações dos cidadãos e turistas.

3. O viaduto da Rotunda da Amizade tem contribuído, de certa forma, para o desvio do trânsito. Sugiro então o seguinte: as autoridades podem planear novamente os itinerários deste viaduto e criar mais instalações para desvio do trânsito, e podem ainda aperfeiçoar a disposição geral de trânsito, através do reordenamento das redes viárias nas suas proximidades, para se criar uma boa imagem turística de Macau e para Macau se tornar, verdadeiramente, num destino turístico confortável, de lazer, e com características próprias.

IAOD do Deputado Ma lo Fong em 27.02.2023
Concretização do planeamento dos objectivos do desenvolvimento das mulheres e construção conjunta de um lar com igualdade e benefícios mútuos em Macau

Com a aproximação do Dia Internacional da Mulher, 8 de Março, quero aproveitar esta oportunidade para manifestar o respeito que nutro por todas as mulheres e desejar a todas muita saúde e felicidades familiares. A concretização da igualdade de oportunidades para ambos os sexos é um valor nuclear do desenvolvimento social, e um objectivo e linha orientadora da acção governativa, sendo também uma política nacional fundamental prometida pelo Estado. De facto, com o grande impulsionamento da sociedade e do Governo, nos últimos anos, foram implementadas várias políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento das mulheres. O desenvolvimento a longo prazo da protecção dos direitos e interesses das mulheres tem desempenhado um papel positivo.

Como aprofundar a consciência sobre a igualdade de género em todos os níveis da sociedade será um objectivo importante na próxima fase. Em particular, a atenção e a consciência de participação da comunidade masculina ainda estão por promover, o valor e as medidas da “integração de género” ainda não estão popularizados, a posição das mulheres na tomada de decisões ainda precisa de ser elevada, e as questões referidas ainda precisam de ser promovidas conjuntamente pelo Governo e pela sociedade. Sendo 2023 o ano de finalização das medidas de médio prazo dos “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”, apresento as seguintes três sugestões, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do ambiente de desenvolvimento das mulheres e a concretização do ideal comum de igualdade no desenvolvimento social:

1. Cooperação entre o Governo e a sociedade para promover a participação dos homens nas actividades sobre a “igualdade de género”

Para promover a igualdade de género, a participação da comunidade masculina é crucial. Desde 2014, a Agência das Mulheres das Nações Unidas lançou a actividade de solidariedade "HeForShe" e, em 2016, houve grupos sociais que trouxeram o movimento a Macau para o promover, no sentido de provocar a adesão de mais homens de Macau ao apoio à igualdade de género. Sugere-se ao Governo que reforce a cooperação com as associações sociais nas respectivas actividades, para divulgar, de forma clara, a ideia de que os homens e as mulheres não são opostos na questão da “igualdade de género”, e de eliminar, em conjunto, a consolidação do papel de ambos os sexos, procurando em simultâneo os direitos e oportunidades que os homens e as mulheres devem ter na vida política, económica, social e até familiar. Ao mesmo tempo, vai-se persistir e dar importância à formação do conceito correcto de igualdade de género para a próxima geração, incentivando e implementando, de forma activa, a importância e a optimização da “igualdade de género” nos cursos do ensino não superior.

2. Optimizar as instalações comunitárias e elevar a qualidade de vida das mulheres

Há ainda espaço para melhorias no desenvolvimento igualitário das instalações complementares comunitárias. O Governo deve responder ao conceito principal de “transversalização de género” dos “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres”, integrando a igualdade de género na distribuição dos recursos comunitários e aproximando, através das políticas públicas, os fossos entre género relativamente ao grau de conveniência na vida quotidiana. Por exemplo, no planeamento de sanitários públicos ou nas exigências de instalações complementares para grandes estabelecimentos comerciais, deve-se ajustar a proporção razoável das instalações complementares tendo em conta as diferenças entre homens e mulheres. Outro exemplo ainda, tendo em conta a frequente situação difícil no aluguer das instalações desportivas pelas mulheres, deve-se definir claramente, ao nível do planeamento das instalações desportivas, o objectivo de oferta orientada para as mulheres e crianças, a fim de garantir a igualdade de género nos recursos sociais.

3. Elevar o estatuto das mulheres na tomada de decisões a nível profissional e social

De facto, o nível de desenvolvimento da igualdade de género de Macau ocupa uma posição de liderança a nível internacional. Mas o desenvolvimento das mulheres ainda enfrenta desafios, por exemplo, tendo como referência os dados das mulheres de Macau em 2021, a proporção de mulheres em cargos de direcção e chefia do Governo, como membros dos conselhos consultivos, magistradas, etc. diminuiu; segundo os dados estatísticos laborais, 37,8% das mulheres ocupam cargos de chefia administrativa e de gerente, e 39,5%, cargos profissionais, percentagens muito diferentes da proporção de género da população empregada, o que demonstra a possibilidade da existência de um “tecto de vidro” na sociedade, limitando a altura do desenvolvimento das mulheres e o direito de intervenção social. Sugere-se que seja o Governo a tomar a iniciativa de aumentar a proporção de mulheres nos seus conselhos consultivos, nos cargos de direcção dos serviços da Administração Pública e da Justiça, ou até de criar indicadores rígidos sobre a proporção de mulheres, a fim de chamar a atenção da sociedade e das empresas para as capacidades e vantagens do mercado de trabalho e da participação social das mulheres, de modo a elevar, de forma geral, a posição destas na tomada de decisões sobre a participação social, a fim de chamar a atenção da sociedade e das empresas para as capacidades e vantagens das mulheres no mercado de trabalho e na participação social, para elevar, de forma geral, a posição destas na tomada de decisões na participação social.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 27.02.2023

Equilíbrio entre os interesses das partes laboral e patronal, protecção do desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas

Recentemente, o Governo revelou o plano de trabalho do Conselho Permanente de Concertação Social para 2023, que inclui a revisão do valor do salário mínimo, definido pela Lei n.º 5/2020 (Salário mínimo para os trabalhadores), e das medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, previstas na Lei n.º 7/2008 (Lei das relações de trabalho), alterada pela Lei n.º 8/2020.

As micro, pequenas e médias empresas, que representam 90 por cento em Macau, tiveram de lutar pela sobrevivência devido à pandemia nos últimos três anos e, com a liberalização das restrições fronteiriças, conseguem finalmente ver a saída, pois a economia está a recuperar lentamente. Mas actualizar o salário mínimo enquanto a economia não tiver a plena recuperação vai provocar, necessariamente, uma reacção em cadeia para aumentar os salários, agravar a pressão nos preços e custos, afectar o recrutamento de pessoal por parte das PME, acarretar influências negativas para o mercado de trabalho e, por fim, pôr em causa o emprego dos grupos vulneráveis e a retoma económica.

Mais, o aumento do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade, resultante da extensão do prazo por 14 dias, é assegurado pelo Governo durante três anos, nos termos das disposições transitórias, e garantiu-se assim um certo apoio para as PME durante o período mais difícil da pandemia. Aquando da aprovação da respectiva lei, referi que, no fim do prazo de três anos, se não fosse realizada uma avaliação conclusiva e o montante em causa passasse imediatamente a ser pago pelos empregadores, as empresas não se iriam adaptar bem a este tipo de oscilação de políticas.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Quanto à actualização do salário mínimo, o Governo deve ponderar, numa perspectiva global, a taxa de desemprego, a retoma económica, a inflação, o índice de preços no consumidor, e também factores como a recuperação das empresas e o poder de compra dos residentes. Isto, para evitar o surgimento de efeitos colaterais a curto prazo, e o impacto negativo para a flexibilidade e a dinâmica do mercado de trabalho, e para a sociedade.

2. Quanto à revisão das medidas do subsídio complementar, há que realizar uma análise e ponderação global, tendo em consideração o estado da retoma económica e a capacidade financeira das PME. Propõe-se que, durante o período de transição, ou seja, até se concluir a avaliação da lei, sejam mantidas as medidas vigentes, isto é, o Governo continuar a assegurar a remuneração

adicional de 14 dias da licença de maternidade.

3. Se o Governo exigir aos empregadores que assumam o pagamento, espera-se que sejam concedidos benefícios ou isenções fiscais aos empregadores que cumpram as respectivas responsabilidades legais, para evitar que as micro e PME sofram mais pressões, e garantir uma retoma suave da economia, e um desenvolvimento saudável e sustentável.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 27.02.2023

Optimizar as medidas de trânsito, em articulação com o “reconhecimento mútuo das cartas de condução” e a “circulação dos veículos de Macau na China”

Nos últimos anos, o Governo empenhou-se em analisar e promover as políticas de circulação de veículos de Macau na China, otimizando as instalações de trânsito e as respectivas medidas. Actualmente, a política de “circulação de veículos de Macau na China” já está implementada, e o “reconhecimento mútuo das cartas de condução” entra em vigor no dia 16 de Maio. As duas medidas vão beneficiar mais de cem mil residentes e ajudar as empresas de Macau a realizar intercâmbios comerciais e negócios no Interior da China, contribuindo para acelerar a integração de Macau no sistema económico e industrial da Grande Baía, e facilitando a vida a mais residentes que queiram aí trabalhar, passar a 3.^a idade, estudar e fazer negócios.

Segundo alguns residentes, há ainda margem para melhoria quanto à política de reconhecimento mútuo das cartas de condução. As regras e os costumes de trânsito são diferentes entre o Interior da China e Macau, por isso, as autoridades devem aperfeiçoar as medidas de segurança da condução. Ao mesmo tempo, os veículos de Macau só podem entrar na China pela fronteira da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e isso constitui uma grande pressão para a rotunda na zona da Pérola Oriental, portanto, espero que o Governo proceda à optimização do trânsito da zona, e que os outros postos fronteiriços possam abrir, em tempo oportuno, para os veículos de Macau entrarem na China.

Face ao exposto, interpelo as autoridades sobre o seguinte:

1. Quanto à segurança na condução, as autoridades devem coordenar-se com as do Interior da China, organizando cursos com uma determinada duração, ou recorrendo a vídeos curtos, folhetos de divulgação, etc., para divulgar junto dos condutores que participem no reconhecimento mútuo das cartas de condução as diferenças das regras de trânsito e as características do ambiente rodoviário de Guangdong e Macau, a fim de melhor garantir a segurança das deslocações dos residentes das duas regiões.

2. Quanto ao apoio aos residentes que conduzem no Interior da China, o Governo deve reforçar a cooperação com o sector e proceder a um bom planeamento. Acredita-se que, após o reconhecimento mútuo das cartas de condução, mais residentes vão viajar para o Interior da China a conduzir. Mas é inevitável que essas viagens impliquem riscos eventuais, por isso, as autoridades devem reforçar a cooperação com os serviços competentes do Interior da China, para melhorar a comunicação sobre os acidentes de viação, entre outros riscos das viagens, e a coordenação dos respectivos assuntos, e estabelecer contactos

e prestar assistência adequada aos residentes envolvidos em acidentes no Interior da China, e aos seus familiares.

3. Deve negociar com o Governo do Interior da China, para aumentar gradualmente o número de postos fronteiriços e as vias de passagem para veículos de Macau. Segundo alguns residentes, de acordo com a experiência, em certos feriados e nas horas de ponta, vão surgir longas filas de veículos nos diversos postos fronteiriços. Com o aumento do número de veículos de Macau que podem passar a fronteira, o Governo deve permitir, gradualmente, a sua passagem por outros postos fronteiriços, para um melhor redireccionamento do trânsito.

4. Definir bem o trânsito na zona da Pérola Oriental e na zona A, para aliviar a pressão nessas zonas. Deve testar, quanto antes, o fluxo de trânsito na zona Norte e a capacidade da zona da Pérola Oriental na assunção do fluxo nessa zona, e implementar medidas eficazes para aliviar os engarrafamentos nas vias e rotundas que ligam a Macau e a outras zonas. É possível considerar a construção de túneis e redes rodoviárias tridimensionais, sob a forma de passagens superiores, nas novas zonas urbanas com condições para o efeito, a fim de melhor desviar os veículos e aproveitar cada centímetro do espaço aéreo e subterrâneo para reforçar a capacidade de assunção da pressão do trânsito.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 27.02.2023

Promoção da implementação de medidas favoráveis às famílias e libertar a força das mulheres para apoiar o desenvolvimento

Na próxima quarta-feira é o Dia Internacional da Mulher. Aproveito esta oportunidade para expressar os meus votos de felicidades a todas, desejando que as mulheres de Macau continuem a caminhar rumo ao desenvolvimento de alta qualidade para se concretizar, quanto antes, a construção de um belo lar com igualdade entre os dois sexos.

Desde o retorno à Pátria que, sob a atenção do Governo da RAEM e a promoção dos diversos sectores da sociedade, as mulheres de Macau se tem desenvolvido de forma estável. Tendo a Lei Básica de Macau como suporte legal para a protecção dos legítimos direitos e interesses das mulheres, o Governo tem cumprido as disposições da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e tem auscultado activamente as opiniões das associações sociais e das mulheres, e definiu uma série de políticas e medidas importantes: a reestruturação da Comissão dos Assuntos das Mulheres para o Conselho para os Assuntos das Mulheres e Crianças; promoveu os “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau”; concluiu a produção legislativa da “Lei de prevenção e combate à violência doméstica”; introduziu o “crime de importunação sexual” e elevou a moldura penal dos crimes sexuais envolvendo crianças; reviu a “Lei das relações de trabalho”, no sentido de prorrogar a licença de maternidade para 70 dias e criar mais 5 dias de licença de paternidade; aumentou o subsídio de nascimento; aumentou as instalações de amamentação; e aperfeiçoou as instalações complementares das creches, entre outras medidas, proporcionando assim mais garantias aos direitos e interesses das mulheres e crianças.

É de salientar que a taxa de participação laboral das mulheres em Macau é de 59,6%, e nos últimos anos, a população empregada do sexo feminino tem ultrapassado a dos homens, portanto, a força laboral feminina já sustenta mais de metade da produtividade socioeconomica, mas a posição das mulheres no mercado de trabalho continua a ser fraca. As mulheres são as principais cuidadoras da família, mas este papel limita o seu desenvolvimento profissional, surgindo assim um “impasse” entre a responsabilidade de cuidar da família e o trabalho. Devido a este papel tradicional de cuidar da família, algumas mulheres são obrigadas a abandonar o mercado de trabalho, mas ser cuidador da família a tempo inteiro dá origem a problemas económicos por exemplo, redução dos rendimentos da família, situação que tem sido cada vez mais evidente nos últimos anos, sobretudo durante a epidemia. Esta situação afecta as oportunidades de desenvolvimento profissional das mulheres e tem impacto na igualdade de sexo, na vida económica da família, na qualidade dos cuidados aos filhos e na vontade

de ter filhos. No ano passado, a taxa de natalidade de Macau atingiu o nível mais baixo dos últimos 17 anos, o que merece a atenção da sociedade.

De facto, as mulheres têm a responsabilidade de cuidar da família, mas esta tarefa deve ser negociada e partilhada entre o casal, e contar com o apoio do Governo, da sociedade e das empresas. Só assim é que se pode continuar a criar um ambiente favorável ao desenvolvimento das mulheres.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Com a entrada na fase de implementação dos “Objectivos do Desenvolvimento das Mulheres de Macau” (adiante designado por “Objectivos”) e a menos de três anos da sua conclusão, ainda há 27 medidas de médio e longo prazo para iniciar e desenvolver. Espero que o Governo se apresse e inicie ordenadamente os trabalhos respectivos, para assegurar a sua conclusão até 2025, e que se articule, sem sobressaltos, com o início dos próximos “Objectivos”, promovendo o desenvolvimento das actividades de alta qualidade das mulheres.

2. Os Objectivos incluem, claramente, a implementação de políticas amigas da família e a promoção da ascensão profissional das mulheres. Assim, proponho que para além do subsídio regular para a licença de maternidade, se aproveite o período de revisão de três anos, que é este ano, para estudar e adoptar leis e regulamentos independentes orientadores, e que, através de subsídios, como forma de apoio, se estude e discuta sobre a implementação de mais medidas favoráveis à família, como por exemplo a mesma duração da licença de maternidade no sector público e no sector privado, para os anos 2023 a 2025 dos Objectivos, e se estude a viabilidade de dispensa do trabalho para tratar de assuntos familiares no sector privado.

3. Promover a adopção e a concretização mais ampla das medidas relativas à “transversalização de género” e das “listas de verificação para a transversalização de género” nas instituições públicas e privadas e, ao mesmo tempo, continuar a conjugar as forças das associações para reforçar essa promoção na sociedade, empresas e escolas, a fim de reduzir situações de discriminação no trabalho e os impactos quer no desenvolvimento da carreira quer na vontade de procriação, devido ao papel social tradicionalmente atribuído às mulheres.

4. A partir deste ano, várias províncias e cidades do Interior da China começaram com os incentivos à natalidade, por exemplo na cidade de Hangzhou, atribui-se subsídio a quem quer ter dois ou três filhos, e na província de Yunnan, para além deste subsídio, atribui-se ainda um abono anual para apoio à criação das crianças. Tendo em conta estas práticas, proponho ao Governo que, para além do aumento do subsídio de nascimento, estude a viabilidade de atribuição de um subsídio de apoio à criação de crianças, para aliviar os encargos económicos

(Tradução)

dos recém-pais e aumentar a vontade das mulheres em ter filhos; e que, em articulação com as medidas de harmonia familiar que referi, proporcione às mulheres mais confiança e suporte para a sua reintegração no mercado de trabalho após a licença de maternidade.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 27.02.2023 Apelo à construção de um Templo do Tou Tei (deus da Terra)

A crença e os costumes relacionados com Tou Tei, o deus da Terra, integram o património cultural intangível de Macau e têm sido transmitidos ao longo dos tempos. Há 10 templos e mais de 140 locais de culto dedicados a Tou Tei. No 2.º dia do 2.º mês do calendário lunar, comemora-se a Festa de Tou Tei e, nalguns desses templos, realizam-se grandes actividades comemorativas, com dança do leão, espectáculos de ópera chinesa, etc., o que constitui um importante evento de culto e de celebração em Macau, com significado profundo. Daí se pode ver que a crença e os costumes relacionados com Tou Tei e os templos em causa possuem um valor cultural e uma influência fundamental em Macau, por isso, devem merecer a atenção e a protecção da sociedade, para essa crença e costumes poderem ser transmitidos ao longo dos tempos. Na verdade, a atenção às necessidades religiosas da população é também uma demonstração do respeito pelos usos e costumes, e pelas suas crenças para a defesa dos valores tradicionais.

Tendo em conta o aumento contínuo da população de Coloane, os residentes queixam-se da falta de espaços para a prática de actividades religiosas, e da limitação dos seus direitos e interesses religiosos, por isso, espero que o Governo possa atribuir alguns terrenos para para fins religiosos e a construção de templos, satisfazendo, assim, essa necessidade dos residentes. Além disso, o planeamento urbanístico da zona A dos novos aterros também não se refere a terrenos para fins religiosos, assim, espero que o Governo tenha uma visão prospectiva em relação às necessidades dos residentes e planeie atribuir terrenos para essa finalidade.

Para evitar o conflito sobre a ocupação de espaços públicos por criação de um novo Templo Tou Tei pelos residentes, proponho ao Governo que seja prudente no planeamento dos terrenos para fins religiosos, aumentando a transparência da sua finalidade e enumerando claramente as funções e a distribuição dos lotes, para alcançar um equilíbrio e um consenso entre a preservação da cultura tradicional e o cumprimento da legislação vigente. Quanto à criação do templo, o Governo deve definir instruções profissionais e diplomas legais para referência da população, por exemplo, definir critérios para a criação, construção e demolição de estabelecimentos religiosos e clarificar os limites das leis, para evitar que o público os viole.

Além disso, por falta de conservação, os templos, na sua maioria, são constituídos por estruturas mistas de tijolos e madeira, ocorrendo facilmente infiltrações de água, envelhecimento e desprendimento, e a baixa resistência ao fogo constitui um risco para a segurança. Alguns templos pequenos, por falta de crenças e de apoio financeiro, não conseguem suportar as despesas com a manutenção. Deste modo, sugiro ao IC que lhes preste apoio técnico e financeiro, e adopte medidas sistemáticas de conservação, para aperfeiçoar os

equipamentos contra incêndios, assegurando, assim, o cumprimento das respectivas normas de segurança.

Para reforçar o conceito de segurança e a consciência de protecção do gestor do património cultural, proponho a realização de mais acções de formação sobre a segurança contra incêndios do património cultural e dos templos, para o pessoal de gestão da linha da frente, e, através da implementação das “Medidas de segurança contra incêndios para os Templos de Macau”, reforçar essas diversas medidas e formas de manutenção das construções, que serão integradas no diploma legal. Pode-se, assim, reforçar a vinculação da gestão dos templos e a sua segurança contra incêndios, facilitar a regulamentação precisa, o conhecimento da situação dos templos, a implementação adequada das medidas de manutenção e de fiscalização, e a avaliação periódica da respectiva eficácia por parte das autoridades. O Governo pode promover formas de culto mais amigas do ambiente, que são mais seguras e ecológicas.

Apelo aos templos que criem uma organização sistemática de gestão, para coordenarem os assuntos financeiros, de reparação e de gestão quotidiana, a fim de os respectivos procedimentos seguirem um caminho seguro e legal, e que assumam, em conjunto, a responsabilidade de proteger a herança cultural. Na minha opinião, se as actividades religiosas dos templos forem bem acolhidas, não só enriquecem as festividades e os costumes, como também contribuem para o sector do turismo de Macau.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 27.02.2023

Acelerar a construção de instalações importantes para a vida da população na Zona de Cooperação Aprofundada

As Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin entram em vigor no dia 1 de Março, e definem, em várias vertentes e de forma mais clara e concreta, o rumo e as missões de desenvolvimento, criando condições favoráveis para os residentes de Macau que lá estudem, trabalhem, criem negócios, vivam e passem a velhice, contribuindo para acelerar a integração Hengqin-Macau.

Espero que Macau continue a acelerar a articulação profunda com a Zona de Cooperação ao nível económico, social e de vida da população, e defina, com base nas diversas políticas, planos e medidas complementares mais detalhados, para promover a concretização das referidas Normas e atrair mais residentes até lá para viver e desenvolver carreiras, e ajude os que vivem em Hengqin a integrar-se rapidamente na comunidade.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Quanto ao trânsito, há que continuar a estudar a viabilidade de interligação entre os sistemas de circulação de veículos de Macau no Interior da China e em Hengqin, por exemplo, lançar o plano respectivo, a título experimental, para os residentes de Macau que morem no Novo Bairro de Macau e, depois e gradualmente, estendê-lo a outras pessoas; mais, há ainda que acelerar a construção da Linha de extensão do metro ligeiro a Hengqin, garantir a sua qualidade e a sua conclusão no prazo previsto, e aperfeiçoar as instalações complementares do posto fronteiriço de Hengqin e o planeamento do trânsito.

2. A conclusão e a recepção do projecto “Novo Bairro de Macau” em Hengqin estão previstas para o segundo semestre deste ano, e estão em preparação os trabalhos de venda. Assim, espera-se que sejam divulgados, quanto antes, as qualificações para a compra, os procedimentos de venda, preços e instalações complementares, entre outras informações, para os residentes interessados tomarem conhecimento e se preparem o mais rapidamente possível.

3. Perante o aumento do número de residentes de Macau que se mudam para Hengqin, Macau deve introduzir mais serviços sociais de qualidade, por exemplo, serviços e cuidados para idosos, creches, serviços de apoio à família, etc., contribuindo para criar melhores condições para os residentes de Macau que vivem em Hengqin. Espero que os governos dos dois locais reforcem a cooperação com as associações de Macau, aproveitando as vantagens destas na promoção das políticas, mantenham a ligação com os residentes, sirvam os residentes, e promovam a articulação e integração da população dos dois locais.

4. Há que reforçar os serviços médicos transfronteiriços e a articulação entre os benefícios médicos de Macau e as políticas de garantia médica do Interior da China, e que realizar estudos sobre o estabelecimento de um mecanismo de encaminhamento bidireccional entre os grandes hospitais públicos de Macau, Zhuhai e territórios vizinhos. Há ainda que estudar, partindo dos dados transfronteiriços, sobre a viabilidade da interligação e interoperabilidade dos registos médicos, das consultas remotas por vídeo, e da recolha de medicamentos em diferentes locais, de modo a simplificar o tratamento médico e a aumentar a conveniência para os residentes de Macau que vivem e trabalham na Zona de Cooperação, para não terem de vir a Macau para as consultas, e permitir que usufruam, em Hengqin, das garantias e benefícios médicos de Macau.

5. Há que reforçar a articulação entre os serviços públicos de Hengqin e de Macau, interligando mais serviços prestados através de balcões dos serviços públicos dos dois locais, ou criando, na Zona de Cooperação, máquinas de auto-serviço ou postos de serviço do Governo da RAEM a funcionar durante 24 horas por dia. Há também que reforçar, activamente, a cooperação entre Hengqin e Macau ao nível da cidade inteligente, estudando a viabilidade de articulação das plataformas de serviços governamentais *online* dos dois locais, para os residentes de Macau poderem tratar convenientemente dos assuntos de Hengqin e Macau sem terem de atravessar a fronteira.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 27.02.2023

Acelerar a promoção do desenvolvimento do sector das convenções e exposições + turismo

O sector das convenções e exposições é uma excelente janela para atrair investimentos e mostrar a imagem da cidade. Segundo dados recentes do Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM), em Fevereiro, apoiou-se a realização de várias conferências empresariais de grande envergadura, que atraíram mais de 6000 pessoas de diversas províncias e cidades do Interior da China, e este ano, prevê-se realizar 700 a 1000 convenções e exposições, um aumento de pelo menos 40%, em comparação com o ano passado. Esta boa notícia demonstra que o sector das convenções e exposições de Macau está a recuperar rapidamente. No dia 6 de Fevereiro, o Governo lançou o “Programa de Estímulo à Formação de Profissionais na Área de Convenções e Exposições”, no sentido de incentivar as instituições de ensino superior privadas, as instituições de formação contínua e as associações relacionadas com o sector a organizarem cursos de formação e a formarem, de forma alargada, talentos para o sector, o que, sem dúvida, vai acelerar o desenvolvimento do sector das convenções e exposições.

Muitos países e regiões já começaram a “lutar pela economia” e a ganhar títulos no exterior. Macau pode aproveitar a plataforma das convenções e exposições para reforçar a ligação com as províncias e municípios do Interior da China e os países estrangeiros, e aproveitar para atrair mais empresas de diferentes áreas a investirem em Macau e a colaborarem no comércio, de modo a acelerar a diversificação adequada da economia, promover o desenvolvimento de novas indústrias e impulsionar o desenvolvimento da cadeia industrial. Nesta perspectiva, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve continuar a promover o desenvolvimento do sector das convenções e exposições + turismo, lançando mais medidas para incentivar a cooperação entre as entidades organizadoras das convenções e exposições e os sectores turístico, hoteleiro, da restauração, cultural e criativo, entre outros; deve aproveitar o “turismo de incentivo”, dos “Incentivos do Plano de Apoio ao Turismo”, em combinação com a gastronomia típica de Macau, cultura folclórica, eventos, festividades, e eventos desportivos, entre outros, para criar e desenvolver produtos de turismo de negócio diversificados, para mostrar as vantagens de Macau nos negócios, as vantagens da cooperação regional e as oportunidades políticas da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada; e deve incentivar os turistas de negócio a entrarem nos bairros comunitários para sentirem a cultura local, estimulando assim o desenvolvimento económico dos bairros comunitários.

2. Segundo o IPIM, vão ser organizadas, em conjunto com Hengqin, convenções e exposições sob a modalidade “uma convenção, dois locais”. Assim, o Governo deve lançar rapidamente as respectivas políticas e medidas

complementares, lutar junto do Governo Central pelo relaxamento das restrições aos vistos comerciais, e impulsionar a política “um visto para múltiplas entradas e saídas” entre Hengqin e Macau, para expandir as influências das grandes exposições e convenções. É ainda possível aproveitar a oportunidade para criar visitas conjuntas entre Hengqin e Macau, para as entidades participantes e os convidados poderem sentir as vantagens decorrentes dos recursos turísticos de ambas, aumentando assim a sua vontade de investir. A longo prazo, a referida política deve passar a “um visto para uma viagem” e ser estendida à Grande Baía, com o objectivo de os participantes poderem vivenciar o estilo das diferentes cidades e as vantagens resultantes da sinergia das indústrias.

3. Há ainda que desenvolver as funções educativas e científicas das convenções e exposições, reforçar a cooperação ao nível da educação, investigação académica, e formação de talentos, no sentido de aproveitar o conceito de indústria das convenções e exposições com características próprias, e expor e utilizar produtos, entre outros elementos que podem servir como base para desenvolver o turismo de estudo, o turismo familiar, e o turismo de convenções e exposições, entre outros, que contribuem para alargar a visão dos residentes e dos visitantes e impulsionar a economia.

José Maria Pereira Coutinho

“As empresas, devem assumir efectivamente, uma responsabilidade social nos termos da Agenda 2030 das Nações Unidas”

A “Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas” representa um plano de acção global inseridas nas vertentes económica, social e a ambiental destinada a promover a dignidade da vida dos cidadãos com metas precisas para erradicar as desigualdades sociais, destacando-se entre outras medidas, a qualidade da saúde e bem-estar populacional, a educação de qualidade e acessível a todos, a igualdade de género, a implementação das energias limpas e acessíveis, o respeito e a dignidade pelo trabalho decente e salários justos e adequados ao custo de vida e a implementação de políticas que conduzam ao crescimento económico e sustentável.

Esta Agenda, vem no seguimento do acordo firmado em 2015 por 193 Estados-membros da Organização Das Nações Unidas com o compromisso de seguir as medidas recomendadas no documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” para os próximos 15 anos, de 2016-2030. Em termos gerais, significa que as empresas para além de dedicarem exclusivamente à obtenção de lucros, devem também procurar que a suas actividades comerciais sejam responsáveis na concretização de objectivos concretos que venham a beneficiar a sociedade.

Não existe uma fórmula aplicável a todos os países e regiões para incorporação e implementação da Agenda 2030, devendo esse modelo ser criado, aplicado e adaptado pela RAEM consoante a realidade local.

Por exemplo, na Finlândia, o gabinete do primeiro-ministro é responsável pela coordenação da Agenda 2030 e pelo seu secretariado, sendo que nessa coordenação participam esse gabinete, o Ministério dos Negócios Estrangeiros (para assegurar a dimensão externa) e a Comissão nacional do Desenvolvimento Sustentável (CNDS). A coordenação é apoiada por uma rede interministerial, com pontos focais em todos os ministérios.

Dos casos e experiências analisadas em diversos países e regiões podem identificar-se, porém, alguns elementos comuns que favorece uma implementação mais rápida, efectiva e eficaz, sendo importante reconhecer estes objectivos como uma prioridade na agenda política do Governo, traduzida numa estrutura institucional centralizada ao nível do Chefe do Executivo e a este nível elevado ter-se-ia uma visão clara da sua implementação, com objectivos e metas, divisão de tarefas e responsabilidades.

Desta forma, e no seguimento da “Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas” sugerimos que Governo, defina um modelo de governação integrado para implementação da Agenda 2030 e endivide esforços, para que sejam implementadas, medidas concretas no âmbito da contratualização pública de empreitadas, obras públicas e aquisição de bens e serviços a introdução de cláusulas contratuais, reorientando as empresas, para a execução de práticas concretas e efectivas de responsabilidade social. Os apoios e ajudas provenientes do erário público as empresas só deviam ser concedidas mediante compromissos de implementação dos princípios fundamentais de respeito pela igualdade de género e da acção climática enquanto objectivos dos financiamentos provenientes do erário público e de excluir todos os subsídios que sejam contraditórios aos respectivos princípios fundamentais.

Nesse sentido, será importante, o envio de circulares a nível interno aos serviços e entidades públicas por parte das entidades tutelares para que sejam uniformizadas o cumprimento destas orientações, melhorando a título exemplificativo as condições de trabalho e adequando os salários com os custos de vida e a inflação bem como a protecção social dos trabalhadores sob sua responsabilidade.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 27.02.2023

Aproveitar os múltiplos factores favoráveis e continuar a fazer um bom trabalho na "estabilização da economia", e enriquecer a indústria financeira moderna através da promoção das finanças verdes, em prol da diversificação económica

Segundo um recente relatório de estudo da Associação Económica de Macau, graças à abertura das fronteiras entre o Interior da China, Hong Kong e Macau e ao aumento dos visitantes, os indicadores económicos de Macau subiram e é possível que atinjam a classificação de “estável” no segundo trimestre. A economia de Macau está a recuperar gradualmente, por isso, o Governo deve fazer bom uso dos muitos factores favoráveis e continuar os esforços para “estabilizar a economia”, a fim de reduzir a actual taxa de desemprego. A indústria financeira está a desenvolver-se rapidamente assim, a longo prazo é importante enriquecer a indústria financeira moderna através do desenvolvimento das finanças verdes e, a curto prazo, deve ser adoptada uma abordagem multifacetada para captar investimento e apoiar as empresas locais na reciclagem e na regeneração de energia, em prol da protecção ambiental, de modo a continuar a promover-se o desenvolvimento diversificado da economia e a criar mais emprego.

Ao contrário dos investimentos financeiros tradicionais, as finanças verdes são um ramo importante do desenvolvimento das finanças sustentáveis. As finanças verdes não se limitam a procurar retornos do investimento, ajudam também a conduzir os investimentos das instituições públicas, privadas e sem fins lucrativos em áreas benéficas para o ambiente e desenvolvimento social, particularmente em áreas como a protecção ambiental, regeneração de energia, redução de resíduos e emissões, etc. São os projectos verdes que ajudam a resolver problemas sociais e ambientais e a promover o desenvolvimento sustentável da sociedade. Macau tem empregado esforços na construção de um centro mundial de turismo e lazer, que é de facto altamente compatível com o conceito de desenvolvimento verde e finanças verdes. Além disso, o País salienta, nas Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía, o seu apoio à investigação e desenvolvimento de uma plataforma financeira verde em Macau. O rápido desenvolvimento das finanças verdes é uma tendência global, e com o compromisso da China, de alcançar o objectivo de neutralidade de carbono até 2060, e com o estabelecimento e apoio de vários quadros políticos de alto nível, a China está a crescer rapidamente para o maior mercado de finanças verdes do mundo, cujo futuro não pode ser negligenciado. Se desenvolvidas adequadamente, as finanças verdes podem criar riqueza e receitas fiscais, promover a diversificação económica, aumentar o emprego e beneficiar a sociedade em geral. Como referência, o Governo de Hong Kong emitiu também, no ano passado, uma obrigação verde a retalho e investiu em projectos verdes para promover o desenvolvimento sustentável, medidas estas que foram bem reconhecidas pela comunidade de Hong Kong e fortemente apoiadas pelo sector empresarial.

O sector financeiro desenvolveu-se rapidamente e, no ano passado, atingiu o segundo lugar, representando 15,4 por cento do valor acrescentado bruto (VAB) de todos os ramos de actividade económica. Com o apoio do País e a promoção activa do Governo, a dimensão da emissão de títulos de dívida de Macau ultrapassou os 400 mil milhões de patacas, e as perspectivas são satisfatórias, por isso, o Governo deve pensar em como agarrar bem as oportunidades e aproveitar as vantagens do País para promover o desenvolvimento das finanças verdes, como parte importante do sector financeiro moderno e motor importante para o desenvolvimento diversificado, desempenhando um papel activo no processo e na concretização da meta de "neutralização de carbono" da China.

Neste momento, as finanças verdes de Macau ainda não começaram, o mercado das obrigações continua a enfrentar muitos desafios, por isso, apelo ao Governo e às autoridades competentes para acelerarem o passo. Apresento, então, as duas seguintes sugestões:

1. Promover activamente o topo da pirâmide do enquadramento da política para o desenvolvimento do mercado financeiro verde e continuar a melhorar o sistema jurídico, sobretudo, como planear melhor o aproveitamento dos terrenos desaproveitados e dos aterros, e estudar a implementação de medidas de incentivo adequadas para atrair os investimentos locais e as empresas de qualidade, nacionais e estrangeiras, da área da protecção ambiental.

2. Quanto aos recursos humanos, terrenos e políticas de apoio, há que empregar esforços para apoiar a sobrevivência e o desenvolvimento das empresas locais de protecção ambiental e de reciclagem de energia; há que construir uma base sólida para a promoção das finanças verdes, o enriquecimento do desenvolvimento financeiro moderno e a promoção da transformação da economia diversificada, com vista a apoiar o desenvolvimento e fortalecimento do sector.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 27.02.2023

Estabelecer um período transitório para a execução da lei e colaborar com as plataformas de “takeaway” para proteger a segurança dos motoristas

Devido ao surto epidémico nos últimos anos, a taxa de desemprego em Macau não parou de bater recordes. Mas o sector de distribuição de comidas encomendadas online, cujo desenvolvimento beneficiou com a epidemia, prosperou “contra as probabilidades”. Tendo em conta que esse sector exige um baixo custo de investimento, são cada vez mais as pessoas que ingressam no mesmo, e os motoristas distribuidores estão por todo o lado na cidade, incluindo jovens, homens e mulheres, que trabalham a tempo inteiro ou parcial. Pode dizer-se que esse sector se tornou um importante meio de subsistência para os desempregados durante a epidemia.

Nos últimos anos, houve uma série de acidentes de viação envolvendo motoristas dedicados à distribuição de comidas “takeaway”, que têm servido como um alerta para as famílias desse tipo de motoristas, o sector envolvido e a sociedade em geral de que existem muitas estradas, mas a segurança vem em primeiro lugar.

Para avançar com a concretização da segurança rodoviária e a protecção da vida dos motociclistas dedicados à distribuição de “takeaway”, foram autuados no ano passado, segundo os dados da Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (DSAT), 127 distribuidores, devido ao transporte perigoso de carga em motociclos. Nos termos do n.º 1 do artigo 67.º da Lei do trânsito rodoviário, os objectos alvo de transporte não podem prejudicar a condução, constituir perigo para a segurança das pessoas ou perturbar o trânsito, sob pena de multa de 600 patacas. Tanto a DSAT como o Corpo de Polícia de Segurança Pública (CPSP) chamaram a atenção para o seguinte: amarrar ou colocar uma “caixa de takeaway” não fixa na parte traseira de uma mota é considerado como transporte de carga e deve cumprir as devidas disposições da Lei do trânsito rodoviário.

A “caixa de *take away*” colocada na parte de trás dos motociclos pode afectar a segurança quer dos motociclistas quer dos outros utentes das vias públicas, e a lei estabelece critérios mínimos para a protecção da vida e dos bens da população. É compreensível que o Governo, por razões de segurança, aplique sanções aos condutores que instalam ilegalmente “caixas de *take away*”. No entanto, aquando da aplicação da lei, deve ter-se em conta a realidade, no sentido de garantir a concretização do princípio da governação de Macau de acordo com a lei e de evitar a indignação da população.

Agora, com o levantamento das medidas antiepidémicas, a sociedade já voltou à normalidade, mas as “sequelas” da epidemia vão continuar por algum tempo. Ser um empregado de *take away* é fácil, mas a sua substituição também é fácil, por isso estes trabalhadores são mais passivos, ganham a vida com força

física, mas nem sequer conseguem receber 600 patacas por dia.

O acto de o Governo punir, nas vias públicas, os motociclistas que instalaram, ilegalmente, “caixas de *take-away*” nos seus motociclos é uma medida paliativa, que não consegue resolver pela raiz o problema da segurança de circulação. Proponho a criação de um período transitório de 3 meses, em que o Governo deve assumir a liderança e criar um canal específico para a apreciação e autorização dos pedidos de instalação de “caixas de *take-away*”, cujos custos devem ser suportados pelas empresas das plataformas em causa, isto é, uniformizar a instalação de “caixas de *take-away*” por parte dos estafetas. A uniformização das instruções e a adopção de medidas especiais são favoráveis para a execução eficaz da lei e é uma assunção de responsabilidade para garantir a segurança de condução dos estafetas, das empresas de plataforma e dos outros utilizadores das vias públicas.

Durante a epidemia, foi difícil a sobrevivência de todos os sectores, e nós estamos conscientes dos esforços envidados pelo Governo em manter a ordem social. Espero que, no momento em que a sociedade e a economia estão a recuperar, o Governo possa dar um prazo de tolerância, alertando, com antecedência, todos os sectores para obedecerem, o mais breve possível, à ordem normativa e não entrarem em contradição com o sistema jurídico.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 27.02.2023

Aproveitar bem as políticas para promover o desenvolvimento diversificado da economia de Macau, da Ilha de Hengqin, e da Zona de Cooperação Aprofundada

No passado dia 8, foram publicadas as “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, que entram em vigor no dia 1 de Março, e o Banco Popular da China e o Governo Popular da Província de Guangdong emitiram o “Parecer sobre o Apoio Financeiro para a Construção da Zona de Cooperação Profunda de Hengqin-Guangdong” (adiante designado por “parecer”). As opiniões no referido parecer focam-se na promoção do desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau, na promoção da reforma e inovação do sector financeiro e na cooperação na abertura ao exterior, no apoio à interligação do mercado financeiro de Macau e na facilitação da vida e emprego “transfronteiriço” dos residentes de Macau.

Podemos ver que a Zona de Cooperação Aprofundada está a desenvolver gradualmente um planeamento importante para a diversificação adequada da economia e para o desenvolvimento sustentável, que irá contribuir para o seu enriquecimento, através da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas”, e também para demonstrar o importante caminho para a integração de Macau na conjuntura do desenvolvimento nacional. Com base no “Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, o Governo da RAEM desenvolveu, em tempo oportuno e passo a passo, o papel de Macau, definiu políticas e propostas de lei de acordo com as necessidades, e aproveitou o sistema jurídico moderno para construir um ambiente jurídico flexível. Porém, na realidade, Macau tem falta de espaço, mas Hengqin tem, Macau tem falta de talentos, mas Hengqin pode importar talentos em número suficiente, por isso, em termos de vantagens, Macau e Hengqin podem complementar-se. As Normas e o Parecer foram emitidos tendo em conta o posicionamento do país e as regras da evolução económica regional. Não restam dúvidas de que, em termos de desenvolvimento das indústrias, Hengqin e Macau vão ser vistos como um todo inseparável, e ambas as partes devem tirar pleno proveito das suas vantagens para promover a livre circulação e a justa concentração dos factores de produção, concretizando a ideia de suprimento mútuo das desvantagens, de articulação das funções, e da coordenação na participação na competição regional do Delta do Rio das Pérolas e até na Ásia oriental. Mais, quanto a este assunto, é também necessário partir do ponto de vista da construção de uma comunidade com interesses comuns e ter como base as ideias de interacção no desenvolvimento e exploração conjunta das indústrias. Perante isto, há que pensar também no planeamento urbanístico, na sustentabilidade das indústrias, na inovação das políticas, na partilha de recursos, e na integração entre cultura e desporto, entre outros aspectos, para que a referida zona de cooperação possa servir plenamente Macau e sustentar o seu desenvolvimento.

Quanto à integração entre Macau e a Ilha de Hengqin, o Governo da RAEM tem de seguir os objectivos e rumos definidos no Plano geral, nas Normas e no Parecer, aproveitar activamente as oportunidades decorrentes da construção da Zona de Cooperação Aprofundada, e reforçar a respectiva integração de recursos e complementaridade de vantagens. Com base no sistema inovador de gestão assumida pela Comissão de Gestão da Zona de Cooperação Aprofundada, o Governo da Província de Guangdong e o Governo da RAEM devem continuar a empenhar-se na construção conjunta da Ilha de Hengqin. Não restam dúvidas que isto vai ser uma injeção de nova energia no desenvolvimento sustentável da sociedade e da economia de Macau, e vai contribuir para trilhar novos espaços e criar novas oportunidades de desenvolvimento.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 27.02.2023

Dar importância à função social da literatura e elevar a imagem cultural de Macau

A literatura incorpora a alma espiritual de uma nação. O pintor Wu Guanzhong disse uma vez o seguinte: “Sem Lu Xun, a China teria ossos muito mais frágeis. ... com Qi Baishi não poderiam vencer um Lu Xun, ... a falta de alguns Qi Baishi não teria grande impacto neste país, mas a falta de Lu Xun iria deixar a mentalidade desta nação comprometida”. Este argumento destaca o forte carácter ideológico da literatura e a sua grande função social. Não se pode dispensar a literatura, e a causa cultural precisa de ser desenvolvida por todos. Recentemente, um grupo literário local lançou, por iniciativa própria, uma série de documentários literários intitulados “Gerações Literárias de Macau” e planeia seleccionar, todos os anos, escritores representativos de diferentes gerações e entrevistá-los, para aprofundar o conhecimento dos diversos sectores da sociedade sobre a vida e a obra literária dos escritores de Macau de diferentes épocas. Considera-se que a intenção desta iniciativa é bastante boa.

A apresentação dos resultados literários e a distribuição orgânica dos espaços culturais são sinais de progresso social e uma prova das qualidades humanas da população. Quanto à optimização contínua do *software* e *hardware* da literatura de Macau, deixo aqui quatro sugestões:

1. Reforçar o estudo e a divulgação da literatura de Macau e elevar a sua imagem cultural

O Governo deve mobilizar as forças sociais para melhorar as funções de recolha, colecção, exposição, intercâmbio e estudo da Casa da Literatura, transformando-a numa janela brilhante para conhecer a evolução da literatura moderna e contemporânea de Macau, tal como o documentário referido, que permite aos alunos de Macau conhecerem a literatura, merece ser amplamente divulgado nas escolas. Os autores permitem aos alunos observarem o desenvolvimento social e o seu próprio crescimento, estimulando o entusiasmo pela vida e contribuindo para ganharem autoconfiança na cultura.

2. Adaptar obras literárias para produção cinematográfica e televisiva, para aumentar a sua vitalidade e popularidade

Provavelmente, muitas pessoas não leram obras literárias como “O Garoto do Riquixá” de Lao She, “A Fortaleza Assediada” de Qian Zhongshu, assim como “*Love in a Fallen City*” e “*Lust, Caution*” de Zhang Ailing, mas

talvez tenham visto obras de cinema e televisão adaptadas. As imagens podem complementar a divulgação de textos, assim, sugiro ao Governo que, em conjugação com o desenvolvimento das indústrias culturais e criativas, incentive a cooperação entre os sectores, estude e investigue profundamente as obras literárias de Macau com valor, e exiba-as através de filmes, curtas-metragens, e até vídeos curtos, para aumentar a respectiva influência e enriquecer o encanto e a textura da literatura de Macau.

3. Elevar a taxa de utilização das instalações literárias da população

Quanto à Casa da Literatura, devem ser adoptadas diversas medidas para elevar a qualidade da vida cultural da população: incentivar as escolas e os grupos literários a utilizarem a Casa da Literatura para a realização de actividades culturais e artísticas, realizar sessões de partilha de romances e poemas, sessões de recitação, experiências de literatura infantil e sessões de leitura para pais e filhos, etc., cultivando o pensamento positivo e promovendo o crescimento saudável das pessoas através da literatura.

4. Realçar a atractividade literária e promover o turismo cultural de Macau

Na verdade, a literatura não está sem mercado. Tomando como exemplo a literatura “online” chinesa, em 2020, o número total de utilizadores atingiu os 460 milhões, o que demonstra que o mercado de leitores é enorme e a literatura não é um assunto de pequena dimensão. Isto também nos lembra que devemos aproveitar bem os recursos literários de Macau, elevar a função de serviço da Casa da Literatura e conceber pontos de “check-in” característicos para atrair os amantes da literatura a visitarem Macau, contribuindo para o desenvolvimento do seu turismo cultural.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 27.02.2023

Participação activa no desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada

Há dias, os serviços competentes do Governo Central e o Governo da Província de Guangdong divulgaram o Parecer de apoio financeiro prestado para a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (Parecer), e o Regulamento de promoção do desenvolvimento da zona de cooperação de Hengqin-Guangdong-Macau, que foi também publicado recentemente, e a reacção de Macau foi calorosa. As medidas em causa oferecem condições favoráveis para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia de Macau e da integração entre Hengqin e Macau. Agradece-se o forte apoio do Governo Central e fica-se satisfeito com o lançamento de mais medidas favoráveis ao desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada (Zona), que podem acelerar o seu desenvolvimento e aumentar a vontade dos residentes de se desenvolverem nesta Zona.

Após a estabilidade da epidemia, a economia tem recuperado gradualmente, e a normalização das passagens fronteiriças favorece também o desenvolvimento da Zona. Com as medidas referidas, acredita-se que o fluxo de pessoas, de capitais e de informações vai ser promovido, o que é favorável para o desenvolvimento das indústrias “1+4”. O referido Parecer inclui várias políticas favoráveis para a vida dos residentes de Macau na Zona, tais como a permissão, de forma ordenada, do pagamento de pequenas quantias em patacas, o apoio no desenvolvimento do seguro transfronteiriço de veículos motorizados, etc., o que consegue facilitar bastante a vida dos residentes de Macau. Ao mesmo tempo, as instituições financeiras daquela Zona podem absorver residentes de Macau, proporcionando-lhes mais opções de emprego. Espera-se que o Governo, em articulação com essas políticas, implemente bem as medidas complementares de emprego, para elevar a vontade dos residentes de Macau em trabalhar na Zona em causa. Em articulação com o desenvolvimento da indústria financeira, torna-se necessário acelerar a formação de talentos, elevar a capacidade profissional dos residentes de Macau e apoiar o desenvolvimento das indústrias.

O Regulamento visa facilitar o acesso ao emprego dos residentes de Macau e o estudo dos seus filhos na Zona de Cooperação Aprofundada, concedendo-lhes o mesmo direito à educação e mais opções de acesso ao ensino no Interior da China, prestando apoio ao nível das políticas para os jovens de Macau na inovação, empreendedorismo e emprego, para incentivar ainda mais jovens e talentos de Macau a desenvolverem a sua vida nesta Zona, proporcionando mais meios para o desenvolvimento diversificado da economia de Macau. Ao mesmo tempo, o regulamento menciona as normas sobre o pedido de apoio judiciário por parte dos residentes de Macau na Zona de Cooperação, disponibilizando-lhes serviços de apoio judiciário mais convenientes, eficientes e profissionais em

processo judicial no Interior da China, e elevando a eficácia da coordenação e resolução dos problemas jurídicos com que se deparam no Interior da China.

Podemos ver que as medidas complementares para o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada estão a ser aperfeiçoadas e as políticas abrangem vários aspectos, por isso, acredita-se que, no futuro, vão ser lançadas mais políticas e medidas novas para a implementação do “Parecer” e do “Regulamento”. Espera-se que todos os sectores sociais e a população de Macau ponderem e tendam activamente a desenvolver-se e a viver na Zona de Cooperação Aprofundada, pois ali, acredita-se, haverá certamente um espaço de desenvolvimento mais amplo e melhores condições de vida.

IAOD da Deputada Song Pei Kei em 27.02.2023

Criar oportunidades para a captação de investimento e injeção de novas energias em prol do desenvolvimento

2023 é o ano da plena implementação do espírito do 20.º Congresso do Partido Comunista da China e um ano crucial para a implementação do 14.º Plano Quinquenal. As diversas províncias e cidades do Interior da China têm empregado grandes esforços no desenvolvimento da sua economia e têm feito o seu melhor para expandir os seus mercados no exterior e lutar por encomendas. As cidades da Grande Baía também realizaram conferências de promoção do investimento e recorreram à optimização de políticas e regimes para protecção das empresas estrangeiras ali estabelecidas, com vista a atrair mais empresas estrangeiras.

De facto, no decorrer do seu desenvolvimento económico, Macau tem implementado políticas para a captação de investimento, e os efeitos foram favoráveis. Porém, devido a vários factores, essa política agora é só de nome, e não consegue injectar novas energias favoráveis ao desenvolvimento diversificado das indústrias de Macau. A diversificação das indústrias ainda está numa fase inicial, com vários segmentos e áreas da cadeia industrial ainda por desenvolver, portanto, é premente atrair o investimento, para trazer capitais, receitas fiscais e emprego, acompanhados de tecnologias avançadas, quadros de excelência e ideias de desenvolvimento.

Face às mudanças conjunturais e à concorrência das políticas de diversas cidades do Interior da China, o Governo não pode atrasar-se logo na linha de partida, deve antes esforçar-se para seguir o ritmo e empregar todos os esforços, pois só assim é que é possível promover o investimento e a diversificação das indústrias. Macau tem de aproveitar plenamente as suas vantagens de porto franco e as políticas da Zona de Cooperação Aprofundada, e consolidar o seu papel quer como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP quer como centro mundial de turismo e lazer. Há que envidar esforços para conseguir passar mais uma etapa, promovendo o investimento e o desenvolvimento de quadros qualificados, a fim de manter a prosperidade, a estabilidade e o desenvolvimento.

Assim, apresento as seguintes opiniões:

1. Com o aprofundar dos trabalhos de captação de investimentos, todos os locais estão a melhorar as suas equipas de trabalho, a integrar recursos e a optimizar os mecanismos de captação de investimento, a fim de aproveitar melhor as suas próprias vantagens e tendências de desenvolvimento de alta qualidade, formando assim sinergias para a captação de negócios e de investimento. Para aproveitar melhor as oportunidades do mercado, Hong Kong reactivou recentemente o “*Capital Investment Entrant Scheme*”, no sentido de promover a recuperação social e económica. No passado, a imigração por fixação de residência por investimentos relevantes também trouxe muitos capitais e quadros

qualificados para Macau, mas, depois de vários anos de estagnação das respectivas políticas, a apreciação dos pedidos praticamente parou. Macau encontra-se numa fase importante para o desenvolvimento diversificado das indústrias e, face à concorrência interna e externa, proponho ao Governo que proceda à optimização do plano de fixação de residência por investimento, com vista a acelerar a recuperação económica e promover o investimento interno e externo.

2. O volume do comércio entre a China e os Países de Língua Portuguesa já ultrapassou 200 mil milhões de dólares americanos; o volume da importação e exportação através de Macau é relativamente baixo, portanto, Macau não consegue produzir plenamente os seus efeitos de plataforma. Proponho ao Governo que explore as potencialidades comerciais da plataforma e que lance políticas para as actividades comerciais entre Macau e os Países de Língua Portuguesa, através de benefícios fiscais, vantagens e integração de recursos, etc., aproveitando melhor as políticas de isenção de direitos aduaneiros enquanto porto franco e do CEPA para promover Macau como um entreposto de produtos entre a China e os países de língua portuguesa.

3. Recentemente, foram publicadas oficialmente as “30 Regras Financeiras da Ilha de Hengqin”, e foram apresentadas várias políticas pioneiras ao nível nacional, tais como a autorização do pagamento de pequenas quantias em patacas. Além disso, vai ser implementada em breve a “Regulamentação de Promoção do Desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin”, proporcionando melhores garantias jurídicas para o desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada. Com o aperfeiçoamento gradual do sistema de topo, o Governo deve aproveitar as vantagens sobrepostas do sistema e os dividendos das políticas para atrair talentos, promover a integração entre talentos e empresas e a ressonância de frequência entre talentos e indústrias, a fim de impulsionar eficazmente o desenvolvimento de alta qualidade de Hengqin e Macau.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 27.02.2023

Optimizar a organização do trânsito nas fronteiras e aliviar os engarrafamentos

Com a normalização da passagem fronteiriça, aumentaram as entradas e saídas. Em Janeiro deste ano, o número de entradas de visitantes duplicou em termos anuais, subindo para 1.397.748: as fronteiras das Portas do Cerco, da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e de Hengqin registaram, respectivamente, 592.191, 267.390 e 231.771 entradas de visitantes. Na sequência disto, o trânsito de Macau enfrenta uma grande pressão, e, nas horas de ponta e nos feriados, há sempre congestionamentos nos diversos postos fronteiriços e nas vias circundantes, afectando as deslocações e a vida quotidiana dos residentes, e também a experiência dos turistas em Macau.

Devido às políticas de circulação de veículos de Macau no Interior da China, entre Hong Kong e Macau, e de veículos de matrícula única em Hengqin, bem como ao aumento do número das respectivas quotas, o fluxo de veículos nas fronteiras da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau e de Hengqin tem aumentado, agravando a pressão nas vias adjacentes. Segundo muitos residentes, nas horas de ponta, nas vias próximas destas fronteiras, como a Avenida Norte do Hipódromo, a Rotunda da Amizade e a Estrada Flor de Lótus, há sempre engarrafamentos, e, quando se deslocam nos seus veículos, há sempre longas filas de espera para entrar e sair. Por isso, é difícil prever o tempo das deslocações, o que constitui uma inconveniência para os residentes que cruzam as fronteiras para trabalhar e viver.

O Governo afirmou várias vezes que estava a planear e a construir, gradualmente, os acessos que ligam a Zona A a outras zonas e que ia disponibilizar um sistema de transportes colectivos melhor através da Linha Leste do Metro Ligeiro. Além disso, a 2.ª fase do corredor permanente do Posto Fronteiriço de Hengqin deve poder entrar em funcionamento em Junho, e a implementação do modelo inovador de passagem fronteiriça de “inspecção fronteiriça integral” irá facilitar a vida dos residentes. Porém, o planeamento e a construção de várias infra-estruturas vão demorar, por exemplo, a Quarta Ponte Marítima Macau-Taipa e a passagem A2 só vão estar concluídas no próximo ano, portanto, a curto prazo, não é possível surtirem os devidos efeitos.

Assim sendo, o Governo, além de fiscalizar o andamento e a qualidade das obras, deve envidar esforços para a sua rápida conclusão, no sentido de criar mais vias; deve rever e lançar medidas específicas, por exemplo, otimizar o fluxograma de entrada e saída de veículos nas fronteiras, para minimizar o tempo de passagem; enviar mais polícias para ajudar a desviar o fluxo de veículos, e instalar equipamentos inteligentes para orientar e fiscalizar o trânsito, entre outros, e há ainda que aperfeiçoar o planeamento e a concepção da rede viária. Muitas vias da Península de Macau que passam pela Zona A em direcção ao posto fronteiriço da Ponte são de sentido único, portanto, não conseguem dar resposta

ao grande fluxo de veículos e, em caso de acidente, ficam ainda mais congestionadas. O Governo deve abrir, quanto antes, outras vias na Zona A, para aumentar a capacidade da rede viária e acelerar a abertura de uma outra via em direcção ao posto fronteiriço da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, segundo o planeamento, estudando o desvio dos veículos transfronteiriços e dos que só circulam entre as fronteiras. Há também que aperfeiçoar a concepção da rede viária da Zona A, para satisfazer as necessidades de deslocação do grande número de moradores desta zona e das pessoas que se deslocam para a fronteira.

O Governo tem de concretizar a política de primazia dos transportes públicos, e segundo muitos residentes, após a retoma da passagem fronteiriça, o número de turistas aumentou significativamente, por isso, é cada vez maior a procura de transportes públicos em direcção às fronteiras. Mais, como as obras da Zona A já foram iniciadas, muitos trabalhadores precisam dos serviços de autocarros, porém, são poucas as carreiras e a frequência dos autocarros para os postos fronteiriços quer da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau quer de Hengqin, o que afecta a vontade dos residentes de se deslocarem através de transportes públicos. Espero que o Governo reveja e optimize o planeamento dos transportes públicos, nomeadamente, as carreiras e a frequência dos autocarros, e a localização das paragens nos referidos postos fronteiriços, para melhorar as instalações complementares e incentivar e apoiar os residentes a utilizarem os transportes públicos.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 27.02.2023

Acelerar a articulação entre as indústrias diversificadas e as instalações complementares relacionadas com a vida da população na Zona de Cooperação Aprofundada em Hengqin

No dia 1 de Março, entram em vigor as «Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin», promulgadas recentemente pelo Comité Permanente da Assembleia Popular Provincial de Guangdong. Estas vão contribuir para promover ainda mais a diversificação adequada da economia de Macau e a sua integração no desenvolvimento global do país através de "novas indústrias", "novo lar", "novos sistemas" e "novas instituições", para clarificar o mecanismo de discussão, construção, gestão e partilha conjunta, em prol da articulação entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada ao nível da vida da população, do emprego e empreendedorismo e do desenvolvimento comercial, e para proporcionar a Macau um forte apoio na resolução dos conflitos e problemas decorrentes do seu desenvolvimento socioeconómico.

De facto, a construção daquela Zona é uma importante decisão nacional para enriquecer a prática do princípio “um país, dois sistemas” e promover a prosperidade e estabilidade a longo prazo de Macau. Este ano é crucial para a Zona de Cooperação Aprofundada concretizar, até 2024, o modelo de desenvolvimento assinalado pela integração Hengqin-Macau, portanto, há que agarrar as oportunidades para acelerar essa concretização.

A Zona de Cooperação Aprofundada tem a tarefa importante de promover a diversificação industrial de Macau. As “Normas” referem claramente a necessidade de elaborar o plano de desenvolvimento industrial e de pormenorizar as medidas concretas de apoio para promover esse desenvolvimento, por exemplo, apoiar a Zona na criação de uma plataforma nacional de inovação e investigação científica, apoiar o desenvolvimento da economia digital, criar um grupo industrial da *Internet*, apoiar a construção de uma base de produção e de um centro de inovação de Medicina Tradicional Chinesa, criar uma plataforma de investigação, desenvolvimento e transformação da inovação médica, etc.

Assim, espero que Macau aproveite ao máximo estas “Normas”, implemente mais políticas complementares, acelere a promoção da integração e inovação dos regimes, crie um fundo orientador para as indústrias, concentre os recursos vantajosos e crie novas indústrias com valor elevado, para criar vários suportes para a construção de uma estrutura económica, financeira e de emprego mais estável.

Com a conclusão da construção do “Novo Bairro de Macau”, no segundo semestre deste ano, será dado um passo importante para a integração dos residentes na Zona de Cooperação Aprofundada. Os residentes têm prestado

muita atenção e consideração à integração dos serviços públicos e do sistema de segurança social entre Hengqin e Macau, nomeadamente, quanto à educação, saúde e serviços sociais, com vista a criar um ambiente de vida comum entre as duas regiões.

O modelo social de Macau, em que predominam as associações, têm sido plenamente aproveitados, ao longo dos anos e com a colaboração do Governo, os recursos sociais para a prestação de serviços, abrangem diferentes áreas e destinatários. Mais, as associações são pontes indispensáveis entre o Governo e a população, servindo para reflectir as solicitações e necessidades da população e ajudar o Governo a aperfeiçoar a sua governação.

Porém, as associações de Macau são consideradas organizações não-governamentais do exterior, e para poderem prestar serviços e desenvolver actividades na Zona de Cooperação Aprofundada, é necessário terem uma entidade representativa registada de acordo com a Lei da Gestão de Actividades das Organizações Não-Governamentais do Exterior na República Popular da China. Esta lei proporciona-lhes um meio para poderem entrar no Interior da China, mas o processo é complicado e implica algumas restrições.

Tendo em conta que as Normas mencionam “apoiar a criação de um mecanismo de cooperação no âmbito de serviços sociais entre a Zona de Cooperação e Macau, no sentido de promover o desenvolvimento integrado da gestão comunitária e dos serviços dos dois lados”, proponho ao Governo que potencie as vantagens das associações de Macau, decorrentes de vastos anos de experiência a servir a comunidade, e que se simplifique o processo de requerimento e as condições de entrada na Zona de Cooperação Aprofundada, para estas mais facilmente poderem trabalhar, disponibilizando serviços sociais profissionais, de qualidade e diversificados aos residentes de Macau que criam negócios, trabalham, estudam, vivem e passam a velhice nesta Zona, criando-se um ambiente habitacional articulado com o de Macau.

IAOD do Deputado Leong Sun lok em 27.02.2023
Aproveitar a oportunidade das “30 opiniões na área financeira, em Hengqin”
para formar quadros qualificados locais

Recentemente, os serviços competentes do País divulgaram o “Parecer de apoio financeiro prestado para a construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” (as chamadas “30 opiniões na área financeira, em Hengqin”), o qual mereceu o acolhimento e apoio da sociedade. Espera-se que o Governo da RAEM lance políticas correspondentes para concretizar melhor o referido Parecer, acelere a integração Hengqin-Macau e promova a diversificação adequada da economia, por forma a proporcionar aos residentes de Macau facilidades na vida e um bom espaço para o emprego e o desenvolvimento.

As 30 opiniões apresentam várias políticas e medidas na área financeira, entre outras, no sentido de enriquecer a cooperação financeira entre Macau e a Zona de Cooperação Aprofundada, proporcionando-se espaço para o desenvolvimento inovador do sector financeiro das duas regiões; entretanto, incentivam também as instituições financeiras a dar apoio financeiro às indústrias, por exemplo, da cultura e turismo, comércio, convenções e exposições, e inovação tecnológica. Acredita-se que as mesmas podem contribuir para concretizar a estratégia de desenvolvimento diversificado “1+4”.

Na minha opinião, os talentos são sempre um factor importante para o desenvolvimento económico, por isso, está certo o Governo promova o desenvolvimento das finanças modernas e defina estratégias adequadas para o desenvolvimento de talentos. Quanto ao emprego, nas “trinta normas sobre o apoio financeiro em Hengqin”, são apresentadas várias políticas e medidas relativas às actividades financeiras em benefício da vida da população, investimentos e financiamentos ao comércio transfronteiriço, desenvolvimento das infraestruturas financeiras, obrigações e investimentos em títulos, gestão de fortunas, locação financeira, seguros transfronteiriços, etc. Face às limitações do mercado de trabalho local, a criação de postos de trabalho no sector financeiro é uma tarefa que deve ser desempenhada pelos trabalhadores locais. Espero que o Governo aproveite ao máximo para criar mais oportunidades de emprego para os residentes. Proponho que crie uma plataforma de apoio ao emprego na área financeira, por exemplo, que lance um “Curso de formação remunerado para activos desta área”, lance regularmente o “Plano de estágio ‘Criar Melhores Perspectivas de Trabalho’ no sector financeiro”, organize sessões de emparelhamento profissional, etc., para proporcionar uma plataforma adequada de formação inicial, estágio e emprego aos jovens e residentes interessados.

Quanto à formação de talentos para o sector financeiro, o Governo de Hong Kong lançou, no ano passado, o *Pilot Scheme on Training Subsidy for Fintech Practitioners* para apoiar a inovação contínua do sector financeiro e reforçar a formação de talentos em tecnologias financeiras. Em Macau, o Governo tem

colaborado activamente nos últimos anos com instituições de ensino superior, associações e instituições de formação para lançar, sistematicamente, uma série de programas de formação e certificação de talentos na área financeira, o que merece reconhecimento. Dado o vasto âmbito do sector financeiro, como é que se pode assegurar a formação eficaz de quadros especializados para satisfazer as necessidades de desenvolvimento das instituições financeiras tornou-se alvo de atenção. Por conseguinte, a formação de talentos neste sector não se limita aos conhecimentos do sector local, envolve também conhecimentos e competências transregionais e interdisciplinares. Espero que as autoridades formulem um plano para a formação de talentos financeiros de acordo com as trintas “normas financeiras de Hengqin”, para a formação de talentos locais com nível de profissionalização, perspectivas internacionais e nacionais e capacidade de adaptação ao desenvolvimento inovador do sector financeiro.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 27.02.2023

Trabalhar em conjunto em prol da recuperação económica

Na 17.^a Reunião Regional da Ásia-Pacífico da OIT, realizada em Singapura de 6 a 9 de Dezembro do ano passado, foi feito um apelo a todos os países para empregarem mais esforços na garantia de um crescimento inclusivo. Saliu-se que, apesar da grande diferença da situação socioeconómica dos diversos países, estes deparam-se com um problema comum que precisa de ser resolvido, isto é, trabalhadores, empresas e famílias em todos os países foram duramente atingidos devido à epidemia. É particularmente importante que sejam empregados esforços para remover as barreiras estruturais existentes e conseguir uma recuperação inclusiva, sustentável e resiliente.

Nesta reunião, foram aprovados o relatório do Director-Geral da OIT sobre o tema “Renovação da Justiça social para uma recuperação centrada em ter por base a população” e a “Declaração de Singapura”. Realçou-se, no Relatório e na Declaração, a necessidade de reforçar um diálogo social eficaz e a cooperação tripartida para promover a justiça social e os princípios e direitos fundamentais no trabalho, em prol da promoção do pleno emprego, produtivo e livremente escolhido, e do direito de todos a um trabalho digno.

Nos últimos três anos, a economia de Macau sofreu o grande impacto da epidemia, mas, com os esforços conjuntos dos governos, empregadores e trabalhadores, sobretudo com o apoio económico e as medidas de apoio ao emprego do Governo, a economia, a sociedade e o mercado de emprego mantiveram-se relativamente estáveis, conseguiram rapidamente a retoma após o relaxamento das medidas de prevenção da epidemia. Com o levantamento sucessivo das restrições fronteiriças e de prevenção epidémica pelos países, o ritmo da recuperação económica acelerou e o mercado de trabalho recuperou gradualmente do impacto da epidemia. Mas, tal como foi referido nesta reunião plenária, as perspectivas para o investimento, crescimento e recuperação global do mercado de trabalho ainda são imprevisíveis em 2023.

Para promover a recuperação económica de Macau e a harmonia e estabilidade sociais, apresento as seguintes quatro sugestões:

1. Aperfeiçoar o sistema e o mecanismo da plataforma de comunicação do Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) entre os governos, empregadores e trabalhadores, reforçar o diálogo social e promover a sua cooperação, construir, em conjunto, um mercado de trabalho resiliente e aperfeiçoar o mecanismo de segurança social durante a recuperação económica, persistir no princípio de “ter por base a população” e construir um quadro institucional para a transição para um trabalho digno, para que este seja realizado rapidamente.

2. Reforçar os regimes aplicados no mercado de trabalho e os mecanismos de

resolução de conflitos laborais. O relatório da OIT apresentado na referida reunião apela ao reforço da legislação laboral e dos mecanismos de gestão administrativa do trabalho e de tratamento de conflitos laborais, bem como à aplicação das normas internacionais de trabalho. Assim, solicito ao Governo, mais uma vez, que reveja e aperfeiçoe, quanto antes e de forma sistemática, as leis e regulamentos da área laboral, como a Lei das relações de trabalho, o Regime de garantia de créditos laborais e a Lei da contratação de trabalhadores não residentes. Deve ainda melhorar, o mais rápido possível, os mecanismos destinados à resolução dos conflitos laborais surgidos durante a pandemia, elevar, atempada e racionalmente, os padrões laborais, e desenvolver os direitos e interesses laborais em consonância com a evolução dos tempos.

3. As partes laboral, patronal e governamental devem reforçar ainda mais a cooperação, para reactivar o crescimento da produtividade e o desenvolvimento de competências, criar mais e melhores oportunidades de emprego, reforçar a formação profissional e elevar a capacidade técnica dos trabalhadores, como forma de receber as oportunidades e desafios trazidos pelo desenvolvimento diversificado das indústrias “1+4”.

4. Nos últimos três anos, devido à pandemia, muitos trabalhadores viram-se obrigados a ter os salários congelados ou até a tirar licença sem vencimento de longa duração, mas eles insistiram em passar o tempo difícil com as empresas. Neste momento, o ambiente de negócios das empresas está a melhorar, por isso, apelo aos empregadores para actualizarem, atempadamente, os salários dos trabalhadores, para estes poderem partilhar dos frutos da recuperação e do desenvolvimento económico.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 27.02.2023
Retomar a atribuição de abono aos agregados familiares da lista de
candidatos a habitação social e reforçar o apoio às camadas sociais mais
baixas

Segundo os dados dos Serviços de Estatística e Censos, no último inquérito, a taxa de desemprego dos residentes atingiu 4,5% e a taxa de subemprego 3,9%. Estes dados são mais positivos em comparação com os obtidos durante a pandemia, mas ainda existe uma diferença significativa em relação aos níveis pré-pandemia.

De facto, muitas pessoas das camadas sociais mais baixas continuam a enfrentar problemas de subemprego e desemprego, mas têm despesas rígidas com a habitação, os cuidados de saúde e a educação dos filhos, situação que está a afectar a sua vida e também constitui uma certa pressão para a economia familiar. Por exemplo, alguns residentes perderam o emprego ou viram os seus rendimentos reduzidos enquanto esperam por uma habitação social, e só podem usar as poupanças ou pedir empréstimos aos familiares e amigos para pagar a renda de casa, por isso, estão a enfrentar uma grande pressão.

É de salientar que, em 2008, o Governo lançou o Plano provisório de atribuição de abono de residência a agregados familiares da lista de candidatos à habitação social, mas este plano não se aplica às listas de espera da candidatura permanente à habitação social. Actualmente, os agregados familiares da lista da habitação social podem ter uma casa no prazo de quatro anos, ou até menos, mas estes agregados familiares são vulneráveis, e as despesas mensais com as rendas são uma grande pressão!

É de salientar que, embora a economia esteja a recuperar gradualmente, muitos trabalhadores ainda não conseguiram regressar ao mercado de trabalho, por isso, muitos residentes esperam pela antecipação da comparticipação pecuniária, para alívio da pressão de vida. O Governo deve prestar atenção aos residentes desempregados e às pessoas com dificuldades económicas, afectadas pela epidemia, e definir medidas para estabilizar a vida da população, para que toda a sociedade, incluindo a camada de base, possa enfrentar, em conjunto, a recuperação económica pós-epidemia.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. Os actuais agregados familiares da lista de candidatos à habitação social podem ter acesso a uma casa no prazo de quatro anos, ou menos, mas são os residentes das classes sociais mais baixas que se candidatam a este tipo de habitação, e todos os meses as despesas com a habitação representam um sério problema para a sua vida. Proponho ao Governo que preste apoio adequado aos agregados familiares da lista de espera do concurso permanente da habitação social, a fim de aliviar as suas dificuldades com a habitação durante o período de

espera.

2. Na fase inicial da recuperação económica, muitos residentes ainda não foram beneficiados e continuam a enfrentar grande pressão. Para além de continuar a envidar mais esforços para impulsionar os diversos sectores de Macau a melhorarem a sua situação de exploração, o Governo deve ainda rever e avaliar, de forma contínua, o desenvolvimento do mercado e a situação de emprego dos residentes, lançando, em tempo oportuno, as medidas necessárias. Proponho a antecipação da atribuição da comparticipação pecuniária deste ano, no sentido de aliviar a pressão da população, sem se aumentarem os recursos financeiros públicos.

3. O “Carnaval de Consumo em Macau 2022”, lançado pelo Governo em Outubro do ano passado, registou um aumento de 1,33 mil milhões de patacas no segundo consumo nos últimos quatro meses, o que contribuiu, de certa forma, para a recuperação económica pós-pandemia, tendo alcançado alguns resultados. A referida actividade vai terminar no dia 28 deste mês, então, proponho ao Governo que proceda, quanto antes, a um estudo sobre a viabilidade do lançamento da segunda fase, com vista a manter a capacidade de consumo e a aumentar a procura interna, reforçando assim a confiança dos diversos sectores locais na continuação dos seus negócios, ao mesmo tempo que se beneficia os residentes.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 27.02.2023

Desenvolvimento integrado das indústrias culturais e turísticas

Devido à sua história e localização geográfica especiais, formou-se em Macau um ambiente cultural único, onde predomina a cultura chinesa e se cruzam várias culturas. A singularidade humanista e os recursos ricos do Património Mundial são vantagens inatas de Macau no desenvolvimento das indústrias culturais. Nos últimos anos, o Governo adoptou várias medidas para melhorar o ambiente artístico-cultural, divulgar os valores culturais locais e incentivar o apoio ao desenvolvimento das indústrias culturais. Estas medidas surtiram efeitos positivos, e as indústrias culturais, como a concepção criativa, a colecção de obras artísticas, as exposições e espectáculos culturais, entre outras, tiveram um maior espaço de desenvolvimento nos últimos anos. Mas é inegável que as indústrias culturais de Macau em geral ainda estão numa fase inicial, o seu desenvolvimento não é suficiente e os benefícios económicos não são evidentes.

O “Quadro da Política do Desenvolvimento das Indústrias Culturais (2020-2024)” acaba em 2024, assim, sugiro ao Governo que aperfeiçoe o topo da pirâmide do desenvolvimento das indústrias culturais, proceda, quanto antes, à avaliação e revisão das tarefas prioritárias definidas nesse Quadro, nomeadamente, “promover um ambiente generalizado de consumo cultural, fortalecer a identidade cultural e promover a fusão da cultura e do turismo”. Tendo em conta o posicionamento do desenvolvimento cultural de Macau como “uma base” e as necessidades de actualização da estrutura industrial global, deve proceder-se a estudos aprofundados, para estabelecer objectivos mais claros para a nova ronda do Quadro.

Ao mesmo tempo, Macau é uma cidade turística de renome internacional e, após décadas de rápido desenvolvimento, a sua indústria turística está a passar por uma fase crucial de reconversão e valorização. Assim, é necessário, com urgência, aproveitar a cultura para o desenvolvimento do turismo, enriquecer os seus conteúdos e elevar o nível de qualidade do turismo. Por seu lado, o sector do turismo também pode impulsionar a divulgação da cultura de Macau e promover o desenvolvimento próspero das indústrias culturais.

Recentemente, o Ministério da Cultura e do Turismo da República Popular da China (RPC) divulgou a “Comunicação sobre a Promoção do Desenvolvimento Integrado do Património Cultural Intangível e do Turismo”, na qual aponta a necessidade de divulgar os valores comuns, as ideias e os sentimentos humanos inerentes ao património cultural intangível e de contar bem as histórias relacionadas com a excelente cultura tradicional chinesa. Assim, proponho que, em resposta ao apelo do País, se promova ainda mais o desenvolvimento integrado das indústrias culturais e turísticas e, sob o princípio de “orientando-se

pelo Governo, contando com a participação das empresas e seguindo o funcionamento do mercado”, sejam envidados esforços para promover o desenvolvimento integrado das indústrias culturais, do património cultural intangível e do sector turístico de Macau. O Governo deve estudar e organizar diferentes manifestações do património cultural intangível com características de Macau, como a ópera cantonense, a música ritual taoista, as crenças e costumes religiosos e a gastronomia macaense, para formar um conjunto de itens representativos do património cultural intangível que reflectam a cultura tradicional chinesa e as características culturais de Macau. Com base nisto, pode ser criado um catálogo de recomendações para o desenvolvimento integrado do património cultural intangível e do turismo, e podem ser lançados itinerários turísticos com características próprias que envolvam o património cultural intangível, para promover plenamente o desenvolvimento das indústrias culturais de Macau e a integração e inovação da cultura e do turismo.

IAOD do Deputado Iau Teng Pio em 27.02.2023

Injectar uma nova dinâmica na integração de Macau no desenvolvimento nacional

As “Normas para a promoção do desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin” foram aprovadas pela 48.ª sessão do Comité Permanente da 13.ª Assembleia Popular Provincial de Guangdong e entram em vigor no dia 1 de Março de 2023, proporcionando medidas de apoio eficazes para a construção da Zona. As Normas apresentam capítulos específicos, abrangendo o impulso da integração de Macau e Hengqin-Macau, a salvaguarda do primado da lei, etc., e dedicando atenção às necessidades dos residentes de Macau em relação à vida e ao emprego, proporcionando uma garantia institucional ao desenvolvimento, a longo prazo, da Zona de Cooperação Aprofundada. Com o forte apoio do País e a implementação ordenada das políticas, é possível promover a diversificação adequada da economia de Macau, desenvolver as vantagens e condições geográficas únicas de Macau e enriquecer as áreas de cooperação entre Guangdong-Macau e Zhuhai-Macau.

Sugiro a todos os sectores da sociedade de Macau que compreendam e apliquem bem as “Normas”, as “30 medidas inovadoras para a reforma financeira de Hengqin”, e as subsequentes políticas, enquanto forças motrizes favoráveis a Macau, com vista a uma melhor integração no desenvolvimento nacional.

IAOD dos Deputados Kou Kam Fai, Ma Chi Seng, Pang Chuan e Cheung Kin Chung em 27.02.2023

Dar importância ao cultivo da autoconfiança na cultura e reforçá-lo

A cultura é a alma de um país e de uma nação. O relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China (PCC) menciona várias vezes o desenvolvimento do sector cultural, dando destaque à “construção de um País culturalmente forte” e à “promoção de uma melhor apresentação da cultura chinesa ao mundo”. No percurso do desenvolvimento dos “trabalhos nos últimos cinco anos e das grandes transformações na última década da nova era”, o sector cultural do nosso País tornou-se cada vez mais próspero, e a excelente cultura tradicional chinesa conheceu uma transformação criativa e um desenvolvimento inovador. Recentemente, o Secretário-Geral do Comité Central do PCC, Xi Jinping, discursou na cerimónia de abertura do seminário para a aprendizagem e a implementação do espírito do relatório do 20.º Congresso Nacional e salientou que “a modernização ao estilo chinês está profundamente enraizada na excelente cultura tradicional chinesa”.

Macau é uma cidade pequena, mas a cultura única que possui e a existência de várias civilizações tornaram-na numa plataforma importante para o encontro das culturas oriental e ocidental, e o País até lhe atribuiu o posicionamento de se desenvolver como “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”. Assim, devemos potenciar as vantagens de Macau, explorar activamente a sua conotação histórica e cultural, nutrir ainda mais a sua autoconfiança na cultura e desenvolver, com todos os esforços, as indústrias culturais, no sentido de criar uma janela única para mostrar ao mundo a excelente cultura chinesa, contribuindo para a “promoção da autoconfiança na cultura e do fortalecimento com a cultura”.

Assim, consideramos que:

1. A educação cultural deve ser persistente. Ao abrigo da iniciativa do Presidente Xi Jinping sobre a “autoconfiança na cultura”, a educação sobre a cultura chinesa assume particular importância, e o sector educativo deve criar uma atmosfera cultural chinesa para os jovens. Assim, propomos que, tendo a cultura chinesa como corpo principal, a tolerância e a multiculturalidade como elementos de apoio, e a “promoção da autoconfiança na cultura e do fortalecimento com a cultura” como objectivo, sejam construídos pavilhões e ruas emblemáticos de nível mundial, como uma Academia Tradicional Chinesa, um Teatro Chinês e uma Rua da Cultura Chinesa, integrando a educação cultural e o turismo cultural, de modo a enfatizar e a consolidar a posição predominante da cultura chinesa em Macau.

2. A plataforma sino-lusófona tem grande potencial. As Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau definem um posicionamento claro para o desenvolvimento de Macau, que é servir como uma plataforma importante para a divulgação da cultura chinesa nos países de língua portuguesa e como um caminho fácil para a introdução destes países na construção de “Uma Faixa, Uma Rota”, por isso, Macau pode reforçar as ligações culturais com os países lusófonos. Assim, propomos promover ainda mais o papel importante de Macau no intercâmbio entre a China e os países de língua portuguesa, desenvolver as vantagens de Macau como plataforma, e integrar organicamente os elementos como a plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os países de língua portuguesa e o centro mundial de turismo e lazer, para criar uma janela de exibição cultural com Macau como plataforma, orientada para o desenvolvimento das indústrias culturais e do turismo cultural, por forma a divulgar amplamente aos turistas as histórias de Macau e da China no âmbito do princípio “um país, dois sistemas”, e a construir uma base que promova a coexistência multicultural, tendo a cultura chinesa como núcleo.

A autoconfiança leva à procura de fortalecimento e este reforça a autoconfiança. Perante a nova conjuntura do desenvolvimento da cooperação regional na nova era, Macau deve dar importância ao cultivo da autoconfiança na cultura e reforçá-lo, pensar na divulgação e transmissão da cultura chinesa com uma visão prospectiva, e, conforme as necessidades do País e as vantagens próprias de Macau, difundir ainda mais a excelente cultura tradicional chinesa, para que Macau se integre no desenvolvimento nacional de forma mais plena, profunda e estreita.

IAOD dos Deputados Chan Iek Lap, Chui Sai Cheong e Vong Hin Fai em 27.02.2023

Aproveitar bem a política nacional de emissão de vistos para talentos, para promover o desenvolvimento sustentável de Macau a longo prazo

A Administração Nacional de Imigração anunciou que, a partir de 20 de Fevereiro de 2023, vai ser implementada nas cidades da Grande Baía, a título experimental, a política de emissão de vistos de entrada em Hong Kong e Macau para talentos, podendo candidatar-se seis tipos de talentos que trabalhem na Grande Baía, incluindo talentos excepcionais, e talentos nas áreas de investigação científica, cultura, educação, saúde e jurídica. Estes seis tipos podem, de acordo com as necessidades reais, requerer, de forma isolada ou conjunta, vistos de entrada em Hong Kong e Macau para talentos, com validade de um, três e cinco anos, consoante o tipo de talento, e, durante o período de validade, os portadores deste visto podem deslocar-se a Hong Kong e a Macau múltiplas vezes e aí permanecer por um período máximo de 30 dias.

Em termos do desenvolvimento nacional, a implementação, por parte da Administração Nacional de Imigração, da política de emissão de vistos para talentos da Grande Baía não só favorece a mobilidade de talentos, como também promove eficazmente o intercâmbio de talentos, elevando o nível nas áreas jurídica, económica, médica e de educação humanista, promovendo assim o desenvolvimento a longo prazo da Grande Baía, através da mobilidade de talentos.

Do ponto de vista de Macau, esta política pode trazer-lhe benefícios. Por um lado, a facilitação da entrada em Macau de talentos da Grande Baía pode alargar, de forma contínua, o efeito de “sobreposição de talentos” nas áreas da investigação científica e da saúde, e, por outro, a emissão de vistos para talentos da Grande Baía não é uma política de fixação de residência ou de imigração, portanto, não vai trazer concorrência desleal ao mercado de talentos de Macau, nem tirar as oportunidades de ascensão profissional dos talentos locais ou enfraquecer a competitividade do mercado. Assim, sugiro ao Governo que aproveite as facilidades proporcionadas pelo País na implementação da política de talentos, para, em simultâneo, proceder a uma articulação mais detalhada em algumas áreas de desenvolvimento, a fim de promover melhor o desenvolvimento social de Macau, por exemplo:

1) Atrair a vinda para Macau de talentos de reconhecido mérito de indústrias ou de liderança de sectores

A implementação da referida política facilita, de facto, a vinda para Macau de elites das empresas do Interior da China, por isso, o Governo deve aproveitar efectivamente as políticas industriais ou lançar algumas medidas de benefício para atrair elites com potencialidade das empresas da Grande Baía, líderes de sector e até responsáveis de empresas com potencial da Grande Baía, para realizar visitas de estudo em Macau, para promover as empresas do Interior da China a investirem e a desenvolverem-se em Macau, impulsionando o desenvolvimento da diversificação adequada da sua economia.

2. Promover o intercâmbio de talentos das instituições de ensino superior e reforçar a formação de talentos de Macau

Os talentos são a chave para a construção e o desenvolvimento da sociedade, e Macau necessita de reforçar a formação de talentos, para um desenvolvimento sustentável a longo prazo. Com o lançamento das respectivas políticas nacionais, o Governo pode começar, a partir da transformação dos resultados da investigação de “Indústria-Academia-Estudos” do ensino superior e da partilha dos resultados dos estudos académicos, incluindo da área das ciências humanas e sociais, a incentivar talentos das áreas cultural e educativa do Interior da China a participarem em intercâmbios em Macau, o que pode complementar o corpo docente e elevar o nível académico dos estudantes das instituições de ensino superior de Macau.

3. Atrair talentos para a construção de um centro internacional de arbitragem

Um dos posicionamentos do desenvolvimento de Macau é a construção da Plataforma de Serviços para a Cooperação Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, e o aperfeiçoamento dos serviços de arbitragem é um dos elementos importantes. Nos últimos anos, Macau promoveu a construção e o desenvolvimento da arbitragem; e a política de vistos para talentos lançada pela Administração Nacional de Imigração abrange talentos jurídicos, o que pode promover a vinda para Macau de árbitros excelentes do Interior da China, para além de elevar a competitividade da arbitragem de Macau, promover a sua transformação num centro internacional de arbitragem e aumentar o número de talentos. Sugere-se ao Governo que coopere activamente com o sector jurídico, adoptando medidas para reforçar o intercâmbio e a cooperação entre Macau e a Grande Baía, no âmbito da construção da arbitragem.

4. Aproveitar bem a política de emissão de vistos para talentos para elevar o nível dos cuidados de saúde

Desenvolver bem os trabalhos de saúde é uma tarefa importante para a população de Macau. Sugere-se ao Governo que aproveite a política de vistos

para talentos do Interior da China para atrair os profissionais de saúde da Grande Baía a deslocarem-se a Macau para intercâmbio e transmissão de novas tecnologias, com vista a elevar o nível profissional do pessoal de saúde de Macau. Quanto ao diagnóstico e tratamento de doenças complexas, poder-se-á aproveitar essa política para criar bases de dados de talentos de diferentes especialidades, e reforçar a ligação e a interacção com os profissionais de saúde da Grande Baía, em prol de ganhar tempo para salvar os doentes em estado crítico.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 27.02.2023

Recentemente, o Governo da RAEM e o Ministério de Segurança Pública da China assinaram o “Acordo de reconhecimento recíproco das cartas de condução entre o Interior da China e Macau”, que vai entrar em vigor no dia 16 de Maio deste ano. Segundo o acordo divulgado pelo Governo, o Interior da China e Macau reconhecem as cartas de condução válidas emitidas pela outra parte, e uma parte autoriza os titulares da carta de condução da outra a conduzir ou a trocar de carta de condução com dispensa de exame.

Os residentes permanentes de Macau, titulares de carta de condução de Macau válida, precisam de ir aos serviços competentes do Interior da China para apresentar a carta de condução de Macau, o original do documento de identificação, um atestado de condição física e uma fotografia, e tratar das respectivas formalidades, e só assim podem obter a carta de condução do Interior da China e conduzir ali. De acordo com as informações disponíveis no “site” dos serviços de segurança pública da China sobre a troca de cartas de condução com dispensa de exame para os condutores de veículos motorizados de Hong Kong, são precisos 3 dias para concluir o processo. Os titulares de carta de condução válida do Interior da China podem conduzir directamente em Macau nos primeiros 14 dias após a sua entrada, não necessitando de trocar para a carta de condução de Macau, ou seja, os residentes do Interior da China, desde que sejam titulares de carta de condução da China, podem conduzir de imediato em Macau, sem terem de tratar de quaisquer formalidades de registo, portanto, a situação não é igual para os dois lados.

Tomando como referência o Regulamento do trânsito rodoviário, os titulares de licenças internacionais reconhecidas por convenção ou tratado internacional podem habilitar-se a conduzir veículos a motor da categoria correspondente em Macau, mas, se a sua permanência for superior a 14 dias, é necessário fazer o respectivo registo, e o período máximo de condução em Macau é de 1 ano. Mas, após o reconhecimento mútuo das cartas de condução, e tendo em conta os mais de 100 mil trabalhadores e estudantes universitários do Interior da China a viver em Macau, que podem entrar e sair livremente, com natureza completamente diferente da dos turistas, o Governo tem de explicar como é que vai resolver as zonas cinzentas, isto é, os trabalhadores e os estudantes universitários não residentes podem conduzir livremente em Macau sem terem de se registar, desde que tenham carta de condução do Interior da China e entrem e saiam de Macau de 14 em 14 dias.

O Governo salientou várias vezes que é baixa a necessidade de condução em Macau por parte dos turistas do Interior da China, mas tenho de apontar que, neste momento, é difícil apanhar transportes públicos nas horas de ponta, e o Governo, sem qualquer medida complementar ou transitória, vai permitir que os

titulares de carta de condução do Interior da China conduzam em Macau, especialmente os que trabalham permanentemente em Macau e os estudantes universitários, e isto vai, com certeza, aumentar a pressão e o risco do trânsito que já está sobrecarregado, e contrariar a política de controlo de veículos adoptada pelo Governo.

Mais, a sociedade receia que o reconhecimento mútuo das cartas de condução possa contribuir para o agravamento do problema dos TNR a prestarem trabalho não autorizado, pois, no passado, houve vários acidentes graves e mortais causados por condutores não residentes do Interior da China; houve outro caso, em que o autor do crime era um cidadão do Interior da China que acabou por ser condenado, mas, como nunca mais voltou a Macau, pode estar à margem da lei. Claro que não quero que as tragédias voltem a acontecer, mas o Governo limitou-se a repetir que, em caso de acidente de viação e se o autor sair de Macau, serão notificadas as autoridades competentes do Interior da China e o autor será punido pelas autoridades locais. Isto significa que não há quaisquer medidas para evitar a ocorrência de tragédias semelhantes! É de admitir que muitos TNR e cidadãos do Interior da China recorrem a um método de “troca ilegal”, isto é, trocam a sua carta de condução por uma de Hong Kong e depois já podem conduzir em Macau (a Polícia de Segurança Pública do Interior da China já afirmou publicamente que os cidadãos de lá sem o estatuto legal de residentes de Hong Kong não estão em conformidade com as normas de troca de cartas de condução de Hong Kong), só que as nossas autoridades ignoram essas “ilegalidades” e prevê-se que, com o reconhecimento mútuo das cartas de condução, será mais fácil contratar trabalhadores para prestarem trabalho não autorizado. Se as autoridades não tiverem novas medidas rigorosas de combate ao trabalho não autorizado, o combate aos motoristas ilegais não vai passar de um mero *slogan*!

Mais, segundo as autoridades, se os condutores do Interior da China quiserem continuar a conduzir em Macau 14 dias depois da sua entrada, necessitam de fazer registo no Departamento de Trânsito do CPSP, mas, até ao momento, as autoridades ainda não explicaram detalhadamente como se faz isto na prática.